

EDITORIAL

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i2n4.327-334>

Formação em Movimento, a revista da ANFOPE, chega à sua quarta edição, concluindo seu segundo ano em atividade. São muitos os desafios a superar para que este periódico se consolide, porém avançamos a cada edição, nesse caminho feito a caminhar. Nossa proposta é ser um canal de socialização do conhecimento sobre a formação dos profissionais da educação mantendo vínculos com as instituições formadoras de professores da educação básica e com o movimento dos educadores de onde a ANFOPE surgiu. Para tal, necessitamos do apoio e colaboração dos profissionais da educação – professores e pesquisadores – na construção de *Formação em Movimento*, seja organizando dossiês, encaminhando artigos, resenhas e documentos para publicação, seja lendo, divulgando e citando os trabalhos publicados, seja se cadastrando como avaliador, autor ou leitor.

Mantemos como bússola a nos orientar os princípios da ANFOPE. E em tempos tão sombrios e difíceis, prosseguimos comprometidos com a formação e a valorização dos profissionais da educação em uma concepção crítica, emancipatória e democrática, de acolhimento da diferença, da diversidade e da pluralidade que deveriam caracterizar o pensamento e a vida em democracia, tão cara e rara, no atual momento brasileiro.

Essa defesa é de vital importância em um momento em que se acirra a crise econômica e o desemprego, amplificados pela pandemia, nos trazendo uma instabilidade que avança tanto pelas vias da conformação social, quanto pela saúde em sua integralidade humana, nos atingindo com muita gravidade e intensidade, nos ferindo de morte, existencialmente, e aprofundando desigualdades de todas as ordens. Gravíssimo é o fato de, após seis meses da primeira morte no Brasil, a propagação do vírus continuar em curva ascendente, contabilizando mais de 120 mil vidas perdidas. O luto nos impele à luta em defesa da vida e da democracia e a denunciar o crime do descaso governamental que pouco faz para poupar vidas e

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i2n4.327-334>

minimizar o sofrimento de cerca de metade da população que, reduzida à pobreza, sobrevive à pandemia em condições de precariedade e vulnerabilidade.

Alertamos no editorial anterior que as políticas de redução do Estado, o desfinanciamento e os ataques aos direitos dos trabalhadores ampliaram a vulnerabilidade social da população mais empobrecida, que agora sofre com condições de vida indignas e mais suscetível à contaminação pela Covid19. Tal situação não se deve à pandemia, mas às enormes desigualdades sociais que se perpetuam no Brasil em seus âmbitos econômico-sociais, culturais, de gênero, de raça, de classe, agora escancaradamente desveladas: o “rei” está nu. Cabe lembrar que essas desigualdades, estruturais e interseccionais, foram intensificadas após o Golpe jurídico-parlamentar-midiático-empresarial impetrado em 2016 contra a nação brasileira. A partir desse evento assistimos à redução paulatina de direitos sociais, ao desmonte de políticas inclusivas, a um inédito retrocesso educacional, ao desinvestimento público como panaceia e ao sucateamento das bases do sistema único de saúde, da previdência e da assistência social, amplificando a perda de vidas e esperanças. Nesse momento de interiorização da Covid19 contabilizamos também a morte de centenas de indígenas, o que revela não só a desestruturação da atenção básica de saúde para os povos indígenas, como rupturas com a perspectiva de proteção dos povos originários. O movimento retroativo nas políticas sociais, afinado com o ideário ultraneoliberal, amplificou a crise sanitária, social e econômica que vivemos hoje, utilizada como pretexto e justificativa para a violação e redução de mais direitos. Os que ocupam o Estado persistem no negacionismo, no descuido e no descaso, desconsiderando o sofrimento, as mortes, o desemprego e a fome. Tristes dias em que o projeto governamental é ditado e conduzido por uma necropolítica de viés fascista.

Vivemos todos os impactos da pandemia, mas em desiguais condições. Assim, as desigualdades se acentuam desde as mais primárias e necessárias à sobrevivência humana digna até as desigualdades referentes ao direito educativo, que atingem milhões de crianças, jovens, adultos e idosos distantes das salas de aula, da educação infantil à pós-graduação, com dispares e desiguais condições e oportunidades de acessar o ensino remoto. De fato, o mundo e a escola ficaram mais desiguais em tempo de pandemia, isolamento social e do uso intenso de tecnologias digitais. O dualismo educacional deixou de ser um conceito – é uma prática cotidianamente reforçada no virtual, que parece se espalhar para todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, já que é transferida para os profissionais a responsabilidade para o estabelecimento das condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho remoto. Os professores estão no olho deste furacão: estressados, assoberbados com o trabalho remoto, precarizados, muitos

desempregados, e agora assediados com a possibilidade de um retorno precoce às aulas presenciais.

A educação em tempos de pandemia é desafiadora, e não apenas na questão do acesso e domínio dos recursos tecnológicos, da adequação pedagógica e curricular, ou dos impactos no calendário escolar e nas avaliações nacionais, com a suspensão das atividades presenciais. Pensamos que um desafio é persistir na importância da defesa da vida para além de conteúdos e calendário, quando o debate atual gira em torno da precoce reabertura das escolas, contrariando as orientações dos epidemiologistas. Fazemos coro com as entidades sindicais representativas dos profissionais da educação, entre tantas outras manifestações, que denunciam o açodamento, inconseqüente e irresponsável, de governos estaduais e municipais que anunciam datas para a retomada das aulas presenciais, com argumentos atrelados a retomada da economia, sem que o país tenha alcançado a curva descendente de contaminação. Desconsidera-se, assim, a ameaça concreta da elevação dos índices de propagação da Covid19 e, portanto, colocam em risco as vidas de estudantes, professores, trabalhadores da escola, e suas famílias. Vidas perdidas não podem ser repostas tais quais aulas, cronogramas e calendários. Este é o maior prejuízo, e é definitivo, e não a suspensão temporária de avaliações ou períodos letivos.

Sabemos que as desigualdades atingem também parcela considerável das instituições escolares, especialmente públicas, que mesmo antes da pandemia, já não possuíam condições sanitárias adequadas, e que hoje são imprescindíveis para a higienização necessária exigida para o controle da contaminação. Os governos federal, estaduais e municipais desconsideraram a necessidade de instituir políticas que assegurem condições concretas para o estabelecimento de medidas e ações preventivas de proteção e segurança que minimizem os riscos de transmissão da Covid19 – o primeiro passo antes de se pensar os períodos de retornos presenciais escolares. Assegurar as condições sanitárias de funcionamento é uma ação anterior ao estabelecimento de calendários de reabertura, e requer recursos materiais, humanos, e, conseqüentemente, financeiros. É imprescindível atentar para as orientações de especialistas em defesa da vida, que alertam que até que haja uma vacina disponível e a garantia de imunização de toda a sociedade, deve-se evitar aglomerações.

Em meio a conturbado contexto político-pandêmico, e não apartado dele, o Conselho Nacional de Educação, CNE, foi mais uma vez reformulado, e o avanço do conservadorismo é evidente nas nomeações que desconsideraram os nomes indicados pelas entidades nacionais. Pela primeira vez, em décadas, a educação

básica pública, representada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED, e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, não compõem o CNE evidenciando que o compromisso do MEC não é com a educação pública ou o direito à educação da população. A nomeação do atual Ministro da Educação, na sequência de uma série de desastrosas indicações de titulares da pasta após a saída polêmica do mais polemicamente nefasto gestor do MEC, indica que a associação de conservadorismo, religiosidade e privatismo continuarão à frente da política educacional brasileira.

Nesse cenário institucional, persistem os ataques à formação dos profissionais da educação básica, com a aprovação da Base Nacional Comum da Formação Continuada, mais uma vez sem considerar as críticas das entidades nacionais, como ocorreu anteriormente com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Ambas as BNCs têm em comum a adequação da formação de professores à BNCC, evidenciando o projeto de desqualificação da formação inicial e continuada para o atendimento de interesses mercantilistas. Tais ações, alinhadas ao modelo de conformação social proposto pelo aparato das políticas ultraneoliberais, indicam como imperativo que a formação docente no Brasil siga os ditames dos organismos internacionais, assim como ocorreu com os currículos da educação básica. A reforma da educação, de cunho empresarial, não é contraditória ao avanço do conservadorismo religioso na política educacional, mas confluem nos interesses de produzir um falso consenso sobre a viabilidade e adesão social ao projeto de privatização da gestão da educação pública. A padronização curricular proposta pela BNCC, que pretende apenas tornar efetivas as aprendizagens essenciais, e a adequação dos cursos de formação de professores a esse currículo 'mínimo' imposto às redes públicas, visa ajudar a ampliar o lucro do capital do novo mercado financista educacional oligopolizado, que tem substituído a educação presencial pela EAD nos cursos de licenciatura em escalas nunca vista no país, e agora começa a substituir professores e tutores por robôs, a par de intensos processos de precarização do trabalho docente e de descaracterização dos cursos de formação de professores, agora com o aval do CNE.

Entretanto, nesses tempos tão sombrios, podemos comemorar uma vitória importante para a educação brasileira: a aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional 108 que aprova o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em caráter permanente. A inserção do Fundeb, principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil, na Constituição Federal é uma conquista fundamental para a manutenção da educação pública e a elevação da sua

qualidade. Além de tornar o Fundeb uma política permanente, constitucionalmente assegurada, esta aprovação ampliou o aporte de recursos advindos do Governo Federal e constitucionalizou o Custo Aluno Qualidade (CAQ), defendido pelo setor educacional desde os debates para elaboração do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Essa vitória em momento político tão avesso às pautas sociais somente foi possível devido a intensa mobilização do conjunto do setor educacional, envolvendo tanto entidades sindicais, acadêmicas e estudantis, uma pluralidade de fóruns, quanto os diretamente interessados na escola pública – professores e trabalhadores da educação, estudantes e suas famílias – que ampliaram o clamor popular em defesa da educação, exercendo forte pressão sobre o poder legislativo – com destaque para o uso das redes sociais – para a urgência da aprovação do Fundeb permanente. A mobilização deve persistir para que a regulamentação de vários pontos aprovados – especialmente a regulamentação do CAQ, via lei complementar, – assegure que os investimentos públicos não sejam apropriados pelos interesses privatistas, representados entre outros pelo movimento Todos Pela Educação.

Se o cenário é adverso, persistimos na resistência. Nesse sentido, contribuindo para a socialização do conhecimento no campo da formação de professores, o quarto número de **Formação em Movimento** traz o dossiê **Pesquisas sobre formação de professores: diferentes olhares, múltiplas perspectivas**, com artigos de professores e pesquisadores que integram grupos de pesquisa que tem como objeto a formação de professores no país. A primorosa organização da professora Maria de Fátima Barbosa Abdalla e o professor Julio Emílio Diniz-Pereira abrilhantou a coletânea. O texto de apresentação nos brinda com uma análise histórica da contribuição da ANFOPE para a produção do conhecimento no campo da formação de professores e da construção de sentidos e concepções de docência, materializados na base comum nacional dos cursos de formação.

A publicação do dossiê temático **Pesquisas sobre Formação de Professores** busca dialogar com educadores e educadoras interessados nas construções teóricas e metodológicas que nasceram das experiências com e na formação inicial e continuada de ensino, pesquisa e extensão dos autores em contextos identitários docentes em perspectivas multifacetadas. Todos os artigos tratam diretamente sobre a formação de professores a partir das relações sociais, intersubjetivas e em redes, engendradas na institucionalidade no e do cotidiano, onde circulam as diferenças, a pluralidade, mas também, desigualdades, dualidades que contribuindo para a produção do conhecimento no campo revelam nossa realidade social. Ressignificam e forjam a docência no Brasil, e em outras paragens da América Latina e da África, como a contribuição trazida no texto sobre a formação

de professores em Moçambique, problematizando os discursos de invisibilização das diferenças e das desigualdades.

Parte dos artigos do dossiê dedica-se a apresentação de estudos e resultados de pesquisas de educadores que participam intensamente dos fóruns e associações com larga experiência em investigação no campo da formação e disciplinas pedagógicas. Outra parte, diz respeito às teses, debates e Programas que se articulam nos processos formativos e demonstram o estreitamento de laços entre universidade, sujeitos da universidade e lutas contra políticas reformistas, cuja materialidade da pauta reivindica, em meio às vozes pela democratização da profissionalização docente e de bases comuns curriculares e epistemológicas nas Licenciaturas.

A Revista *Formação em movimento* têm publicado os estudos e trabalhos originários de pesquisa e de atividades de extensão e ensino, cuja relevância se destaca na busca de historicizar os conhecimentos provenientes das experiências, das intencionalidades de cada campo que compõem a área pedagógica, bem como as lutas passadas e presentes entre as relações institucionais e as instâncias normativas. De tantas práticas pedagógicas que se configuram aquelas mais intensas e articuladas dessas relações, são as que se sobressaem daquelas redes tecidas por laços estreitos entre políticas públicas, estado, sociedade e educação, planos de carreira e profissionalização docente.

Vale ressaltar que os autores escrevem estabelecidos na territorialidade da esfera pública universitária e seus vínculos em esferas e grupos de *Estudos e Pesquisas* com e na educação básica, que cada vez mais retrata uma escola ampliada, adensada às demandas dos movimentos sociais diversos e plurais. Estes se apresentam nas instâncias públicas por meio de processos socioculturais onde os atores, desde o PNE, requerem a participação colegiada no interior da escola e da universidade reivindicando respeito às suas cidadanias e por educação de qualidade em instituições públicas e gratuitas seja do campo ou da cidade. A década de 1980, na área de educação, esteve marcada pelo discurso de ruptura paradigmática e emergência de paradigmas contra hegemônicos aqueles da visão consolidada, no entanto, as referências científico-curriculares libertárias foram alcançadas pela implantação de fóruns, conselhos e associações que impulsionaram as mudanças no interior das instituições. São expressões e falas populares que até então estavam ausentes no âmbito universitário e escolar, reivindicando suas demandas pela educação de qualidade na voz deles próprios, populares.

Neste contexto, as experiências e discussões dessa publicação situam contextos de transformações político-institucionais que avançaram anteriormente

no campo normativo e de bases legais curriculares participativas até 2016 no âmbito da docência de educadores e educadoras, com todas as contradições e os dilemas normais dos processos sociais democráticos, que se configuram nos espaços/tempos de redes e sistemas educacionais que integram. No entanto, desde o golpe de 2016, o estado e seu poder público provocam o desmonte das instituições públicas e dos seus conselhos, colegiados, fóruns e associações, minando e esvaziando as ações, regras e normatizações construídas pelo controle social dos atores envolvidos em práticas coletivas e de troca de saberes.

Este quarto número de **Formação em movimento** traz, ainda, texto com análise do Parecer 22/2019 do Conselho Nacional de Educação, um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura no país, em conformidade com o momento retroativo nas políticas educacionais que o país atravessa hoje. O espaço dos fóruns e movimentos sociais também se faz presente nesse número, na sessão **Entidades**, com o texto “Forpibid-rp e a politização como enfrentamento ao ensino remoto” que discute os desafios postos à docência com os novos contextos em ambientes virtuais, marcados por precariedades e exclusões, relacionando-o a realidade dos programas Residência Pedagógica e Pibid.

Na sessão **Documento**, publicamos o Manifesto do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) denominado *Manifesto dos educadores e educadoras, estudantes, brasileiros e brasileiras: Em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação*, assinado por mais de 50 entidades nacionais, fóruns estaduais entre outras entidades. O manifesto traz análise do momento atual marcado pela redução do direito à educação e aponta perspectivas suleadoras e referenciais para a retomada do estado democrático de direito e a defesa da educação pública, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos.

Finalizando esta edição, a sessão **Homenagem**, dedicada à memória do Professor Jorge Najjar, anfofiano e integrante da atual gestão, que nos deixou esse mês. Em seu exame para Professor Titular da UFF, Jorge Najjar se definiu como um otimista e salientou a importância da união de todos em prol da Educação e da Gestão Democrática como um norte a ser perseguido. Mesmo ciente de que continuávamos imersos e impactados pelo avanço da pandemia da Covid19 e que atravessávamos/atravessamos uma grave crise político-institucional sua postura foi pela união em torno de pontos de confluência visando o objetivo maior que é a defesa de uma educação pública de qualidade.

Acreditamos que essa publicação, aberta aos diálogos insurgentes de resistência, brota de encontros e desencontros, nos (re)colocando diante de

Ana Maria Marques Santos, Lia Maria Teixeira de Oliveira,
Lucila Augusta Lino e Maria da Conceição Calmon Arruda

desafios, com autores e leitores que demandam por direitos humanos fundamentais e pela educação de qualidade e socialmente referenciada. Diálogos que nascem do enfrentamento daquelas tensões que visam interromper a acomodação ao provocarem a produção de conhecimentos enredados nas problematizações dos grupos de pesquisa, do chão da escola, das territorialidades diversas reveladas conforme a escola e a universidade caminham juntas com a diversidade e diferenças.

Nessa direção, consideramos que a urgência de pensar-agir-propor, articulando o fazer acadêmico e político, divulgando amplamente as pesquisas-projetos em curso e por vir que nos ajudam a compreender os movimentos obscuros que se fazem no âmbito das geopolíticas atuais, em nosso país e no mundo, alargando o diálogo com a escola pública e a sociedade.

A fertilidade e multiplicidade de práticas cotidianas coletivas e solidárias em tempos de pandemia expressam e expressarão o caminho da resistência à manutenção das desigualdades e injustiças sociais. A valorização da carreira do magistério, da formação e profissionalidade docente exigida para esse tempo de incertezas e autoritarismos, de obscurantismo e exclusão, mas também de afirmação da solidariedade e do cuidado, da alteridade e de identidades sociais construídas em meio às resistências das lutas de gênero, antirracista, feminista, antihomofóbica, antifascista, radicalmente democrática e republicana.

Seguimos e seguiremos, resistindo!

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2020.

Lucília Augusta Lino
Presidente da ANFOPE

Maria da Conceição Calmon Arruda,
Editora

Ana Maria Marques Santos e
Lia Maria Teixeira de Oliveira
Editoras Associadas

E-mail: formov.revista@gmail.com